



**Formação de Candidatas(os) em  
Políticas para Mulheres**





**Formação de Candidatas(os) em  
Políticas para Mulheres**



**José Luiz Penna**

Presidente Nacional

**Eduardo Brandão**

Vice-presidente e Secretário de Administração

**Alvaro Dias**

Líder no Senado

**Sarney Filho**

Secretário de Assuntos Parlamentares

**Evandro Gussi**

Líder na Câmara

**Evair de Melo**

Vice-líder na Câmara

**Sandra Menezes**

Vice-presidente

**Edson Duarte**

Vice-presidente

**Carla Piranda**

Secretária de Organização

**José Carlos Lima da Costa**

Secretário de Comunicação

**José Paulo Tóffano**

Secretário de Formação

**Reynaldo Moraes**

Secretário de Finanças

**Vera Motta**

Secretária de Assuntos Jurídicos

**Marcos Belizário**

Secretário de Assuntos do Executivo

**Fabiano Carnevale**

Secretário de Relações Internacionais

**Shirley Torres de Araújo**

Secretária Nacional de Mulheres

**Mariana Perin**

Secretária Nacional de Juventude

**Dora Cordeiro**

Secretária de Direitos Humanos e Diversidade

**Roberto Rocco**

Secretário de Mobilização

**Kaká Verá**

Secretário de Políticas Indígenas

**Roberto Tripoli**

Secretário de Direitos dos Animais

**Ovídio Teixeira**

Secretário Especial de Estratégias Eleitorais

**Oswander Valadão**

Secretário Especial das Cidades



### Coordenadorias Gerais

|                                 |                                 |
|---------------------------------|---------------------------------|
| <b>Rudson Leite</b> Norte       | <b>Marcelo Silva</b> Nordeste I |
| <b>Denis Soares</b> Nordeste II | <b>Fernando Guida</b> Leste     |
| <b>Marcelo Bluma</b> Centro     | <b>José Luiz Penna</b> Sul      |

### Membros

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| <b>Eliane Ferreira da Silva</b>       | <b>Ivanilson Gomes dos Santos</b>         |
| <b>André Moreira Fraga</b>            | <b>Carlos Antônio Menezes Leite</b>       |
| <b>Cidineia Maria Fontana</b>         | <b>Alexandre Zaratz Vieira da Cunha</b>   |
| <b>Washington Rio Branco</b>          | <b>Leonardo Jose de Mattos</b>            |
| <b>Daniela Carvalhais de Almeida</b>  | <b>Aloisio Antônio Andrade de Freitas</b> |
| <b>Aluizio Leite Paredes</b>          | <b>Carlos Augusto Lopes da Costa</b>      |
| <b>Teresa dos Santos Sousa Britto</b> | <b>Antônio Jorge Melo Viana</b>           |
| <b>Francisco Caetano Martins</b>      | <b>Henor Pinto dos Reis</b>               |
| <b>Cleusa Rosane Ferreira</b>         | <b>Julia Duppre de Abreu</b>              |
| <b>Fernando Paulo Nagle Gabeira</b>   | <b>Rivaldo Fernandes Pereira</b>          |
| <b>Marcio Souza</b>                   | <b>Guaraci Fagundes</b>                   |
| <b>Regina Gonçalves</b>               | <b>Francisco Antonio Sardelli</b>         |
| <b>Jovino Cândido da Silva</b>        | <b>Rogério Menezes de Melo</b>            |
| <b>Marco Antônio Mroz</b>             | <b>Ricardo de Oliveira Silva</b>          |
| <b>José Roberto Tricoli</b>           | <b>Claudio Turtelli</b>                   |
| <b>Eduardo Jorge Martins Alves</b>    | <b>Marcello de Lima Lelis</b>             |



# DIRIGENTES PV MULHER

## NACIONAIS & ESTADUAIS

### **Shirley Torres de Araújo**

Secretária Nacional de Mulheres

### **Carla Piranda**

Secretária Nacional de Organização, Membro da Executiva Nacional e Presidente do Diretório Estadual - RJ

### **Cidineia Maria Fontana**

Membro da Executiva Nacional e Presidente do Diretório Estadual - ES

### **Daniela Carvalhais de Almeida**

Membro da Executiva Nacional - MG

### **Dora Cordeiro**

Secretária Nacional de Direitos Humanos e Diversidade, Membro da Executiva Nacional - RJ

### **Eliane Ferreira da Silva**

Membro da Executiva Nacional - AM

### **Julia Duppré**

Membro da Executiva Nacional - RJ

### **Mariana Perin**

Secretária Nacional de Juventude e Membro da Executiva Nacional - SP

### **Rosane Ferreira**

Membro da Executiva Nacional - PR

### **Sandra do Carmo Menezes**

Vice-presidente Nacional e Presidente do Diretório Estadual - AL

### **Teresa dos Santos Sousa Britto**

Membro da Executiva Nacional e Presidente do Diretório Estadual - PI

### **Vera Motta**

Secretária Nacional de Assuntos Jurídicos, Membro da Executiva Nacional e Vice-presidente da Executiva - SP

### **Leandre Dal Ponte**

Coordenadora Regional Sudoeste - PR e Coordenação Regional Curitiba - PR



## EXPEDIENTE

Conteúdo e Pesquisa  
**Patricia Kranz**  
**Tatiana Wehb**

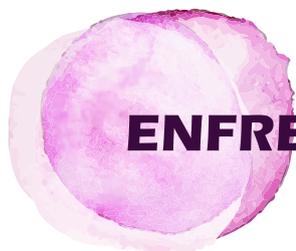
Revisão Gramatical  
**Ludmilla Brandão**  
**Bruna Presmic**

Projeto Gráfico e Diagramação  
**Sagarãna Produções**

A large, textured watercolor circle in shades of purple and pink, centered on the page. It has a soft, painterly appearance with varying tones and some white highlights.

•AULA 14•

# **ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO**



# ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO



## Outras Diferenças

Discriminar é segregar alguém, tratar uma pessoa de maneira diferente e parcial, por motivos de diferenças sexuais, raciais, religiosas; tratar de forma injusta. Ação de afastar, segregar ou apartar.

Ao tratar do tema do racismo, já iniciamos a discussão sobre a diversidade das mulheres e os vários aspectos que devem ser considerados quando abordamos a desigualdade de gênero, que gera formas diversas de discriminação. A intolerância tem impacto negativo em todas as dimensões da vida. É preciso que as políticas considerem esta diversidade para que possam contribuir de forma efetiva com a promoção dos direitos de todas as mulheres.

## Homofobia

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Rosa Luxemburg Stiftung, publicada em 2009, concluiu que 99% da população brasileira tem algum grau de intolerância a pessoas não heterossexuais. Gustavo Venturi, professor de sociologia da Universidade de São Paulo e responsável técnico pela pesquisa, ressaltou que: “Procuramos definir preconceito como uma questão de valor que não necessariamente implica comportamento discriminatório, enquanto a homofobia apresenta essa tendência”. Assim, 25% das pessoas podem ser caracterizadas como homofóbicas. Índice mais expressivo entre homens, média de um em cada três, enquanto que entre as brasileiras a média era de uma a cada cinco.

No censo de 2010, do IBGE, pela primeira vez foi levantado o número de casais homoafetivos existentes no país – estimado em 0,16%, do total de 37,5 milhões de pessoas que afirmaram serem casadas.



## Lesbofobia e Transfobia

Mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais estão mais expostas ao preconceito daquelas que não aceitam que as expressões sexuais podem variar e só aceitam como “normais” as relações heterossexuais.

O termo lesbofobia foi criado para marcar a diferença da homofobia. A violência que mulheres lésbicas sofrem é pior que a sofrida por homens gays, já que é acrescida da carga da invisibilidade e do preconceito de gênero. As mulheres lésbicas são alvo de uma série de violências como: “É só uma fase, curiosidade”, “só é lésbica porque não arrumou homem”, “gosta de mulher porque nunca conheceu um macho de verdade” - sendo que esta última serve de justificativa para o estupro corretivo, crime contra lésbicas, mulheres bissexuais e transexuais, com a intenção de forçá-las a mudar a orientação sexual.

A Pesquisa Mosaico Brasil, realizada pelo Projeto Sexualidade (Prosex), do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, nos anos de 2008/2009, coordenado pela professora Carmita Abdo, entrevistou 8.200 pessoas, nas dez maiores capitais brasileiras. Entre as mulheres um total de 6,3% não se identificaram como heterossexuais - 4,9% afirmaram serem lésbicas e 1,4% identificam-se como bissexuais.

A transfobia é outra forma de preconceito. Travestis e transexuais não se identificam com o gênero ao qual foram designados ao nascerem. Ao buscar a identificação com o gênero ao qual sentem pertencer, ficam fora dos padrões aceitos pela sociedade, são marginalizados e têm seus direitos negados.

Além da violência física, esses grupos também enfrentam violência moral, trabalhista e cívica, tendo sérias dificuldades para se inserir no mercado de trabalho.

Segundo a organização Transgender Europe, que reuniu dados de 2008 a 2014, o Brasil hoje é o país onde mais se assassinam pessoas trans no mundo. Foram 689 mortes contabilizadas, a maior parte de jovens. Entre os casos levantados chamam atenção cinco mortes de crianças e adolescentes com menos de 15 anos.

Pelas estatísticas do Disque 100, em 2014, os casos em que as vítimas eram trans representaram 19,88% do total de vítimas LGBT, enquanto os gays totalizaram 20,05%. Já no primeiro semestre de 2015, travestis e transexuais foram 20,58% das vítimas de violências comunicadas, um quinto do total de denúncias entre vítimas bissexuais, gays, lésbicas e identidades não informadas.

## Outros preconceitos

Uma outra dimensão a ser levada em conta é a geracional. As mulheres jovens são valorizadas socialmente, mas de uma forma que as desvalorizam como pessoas e como cidadãs. Já as mulheres mais velhas, além de desvalorizadas socialmente, ainda precisam lidar com situações como limitações físicas, perdas emocionais e financeiras e a falta de recursos já que muitas passaram suas vidas dependendo de companheiros.

As mulheres com deficiência, além de enfrentar os desafios próprios de suas condições, sofrem preconceito e são marginalizadas, tendo mais dificuldades em conseguir um emprego, ter acesso à educação, à saúde e a diversos outros direitos básicos.

## Feminismo plural

O movimento feminista tem conseguido reunir e mobilizar mulheres negras, indígenas e lésbicas para juntas reivindicarem do Estado a formulação e implementação de políticas que reduzam os impactos do racismo, do sexismo e da lesbofobia em suas vidas.

“A articulação entre o sexismo e o racismo incide de forma implacável sobre o significado do que é ser mulher no Brasil. O racismo constrói uma postura hierárquica que ser negra significa ser inferior. O sexismo, por sua vez, desqualifica a mulher, hierarquiza as relações de gênero, impõe a heteronormatividade como única forma do exercício da sexualidade e considera desviante e negativa o exercício das relações sexuais entre mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais (LBT). Assim, estimula a discriminação, autoriza o preconceito, promove a cultura do ódio e criminaliza na prática as relações homoafetivas<sup>1</sup>”.

## O custo da diferença

A pesquisadora Vivienne Ming passou três anos fazendo cálculos sobre os custos da diferença social, coletando dados de 100 sites diferentes e codificando 55.000 variáveis com base no salário, ocupação e outros fatores. Sua estimativa é que as mulheres na indústria de tecnologia os EUA “perdem” até US\$ 300.000 durante a vida, e que ser um homem gay na Inglaterra pode custar até US\$ 54.000. É um “imposto” social por ser diferente - ou seja, quem não for homem, branco e heterossexual, paga.

---

1 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Texto Base

## Políticas Públicas

Em 2009, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República publicou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no intuito de responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, e fortalecer o *Programa Brasil sem Homofobia*, implantado desde 2004.

O Plano visa garantir, à população LGBT, o acesso aos direitos civis, conscientizando gestores públicos para fortalecer o controle social e implementar políticas públicas com mais equidade, além de eliminar discriminações, combater preconceitos e erradicar todos os tipos de violência.

Para que seu objetivo seja alcançado é preciso que seja criada uma rede com a participação ativa de estados e municípios na sua implementação.

### AÇÕES

- As ações a seguir são propostas do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que podem ser aplicadas no âmbito municipal.
- Oferecer cursos de formação a gestores públicos sobre os direitos da população LGBT.
- Incluir temas e disciplinas relativas à orientação sexual, diversidade sexual e cultural e identidade de gênero no currículo dos cursos de formação de Guardas Municipais.
- Capacitar e sensibilizar gestores, operadores de direito e agentes sociais na área de segurança pública com ênfase nas relações de raça, religião de matriz africana, etnia, gêneros, orientação sexual, identidade de gênero e direitos humanos.
- Incluir, no currículo dos cursos de capacitação de conselheiros, conteúdos sobre a promoção da cidadania e o combate à discriminação por orientação sexual.
- Sensibilizar e capacitar as equipes profissionais do Programa de Saúde da Mulher para a atenção às especificidades no atendimento às lésbicas, mulheres bissexuais e transexuais.
- Promover capacitação contínua para combater o estigma e a discriminação de gênero, orientação sexual e racial junto às equipes técnicas e gestoras que atuam especialmente no cotidiano das instituições de assistência social: centros municipais de atendimento social, abrigos públicos e não-governamentais para crianças, adolescentes, adultos e idosos, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ONGs e entidades conveniadas.

- Propor à secretaria municipal de cultura, políticas públicas de editais que beneficiem projetos específicos do segmento, inclusive aqueles que preveem pesquisa em cultura e arte LGBT, visando a catalogação e valorização dos movimentos culturais LGBT e a promoção da cidadania LGBT.
- Criar um projeto de cooperação público governamental de extensão nas escolas públicas, utilizando produções artístico-culturais com temática de sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero, com recorte de raça e etnia, como forma de educar para a cidadania e inclusão.
- Garantir a segurança em áreas frequentadas pela população LGBT, com grupos de policiais especializados, sobretudo nas quais há grande incidência de discriminação e violência, em decorrência de orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia, entre outras, garantindo o policiamento proporcional ao número de pessoas nos eventos.
- Capacitar as delegacias especializadas de atendimento à mulher, Centros de Referência e demais serviços de atendimento às mulheres, garantindo a acolhida não discriminatória para mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na aplicação da Lei Maria da Penha, por meio da SEDH, SENASP e SPM.
- Incluir a população LGBT em programas de alfabetização.
- Garantir a estudantes LGBT o acesso e a permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero.
- Inserir o enfrentamento à homofobia e à discriminação de gênero nos programas educativos desenvolvidos pelo município.
- Apoiar a capacitação profissional para LGBT, com foco para as/os travestis e transexuais.
- Apoiar a inclusão da juventude LGBT nos programas governamentais de capacitação para o trabalho.
- Promover o acolhimento de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e proteger contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, assim como da exploração sexual.
- Realizar o monitoramento das crianças e jovens que vivem nas ruas, manifestando atributos de gênero dissociados do seu sexo biológico, favorecendo sua proteção especial nos abrigos mantidos pelas secretarias municipais de assistência social.
- Confeccionar cartilhas para a população LGBT com o tema segurança, de maneira a criar mecanismos de prevenção e defesa.
- Aplicar questionário sobre direitos humanos aos funcionários públicos para conhecer seus perfis e sensibilizar quanto às temáticas relacionadas à população LGBT.

## EXPERIÊNCIAS

### **Uma semente plantada em terra de agricultores**

Em Águas Mornas, SC, a Escola de Educação Básica Coronel Lehmkuhl desenvolve um projeto com os estudantes do ensino médio desde 2013, trazendo para a escola debates sobre a lesbofobia, transfobia, homofobia e heterossexismo, em uma comunidade de um território essencialmente rural, de educação tradicional e rígida.

Inicialmente, foram envolvidas duas turmas de 2º ano do ensino médio, com total de 34 alunos. Durante um mês, uma das três aulas semanais de Língua Portuguesa foi reservada para abordar a temática com os estudantes, por meio de oficinas.

A professora procurou a Prefeitura do município e conseguiu uma abertura para realizar uma exposição dos cartazes para a comunidade, na Casa da Cultura.

O projeto ganhou o apoio na escola e foi ampliado para todas as turmas do ensino médio, englobando mais de 100 alunos e incluiu reflexões sobre machismo e transfobia, com foco principal na condição das mulheres trans.

Durante as férias de julho, a Secretaria Municipal de Educação direcionou um pedido de formação aos professores sobre alguns temas, dentre os quais a diversidade. O encontro envolveu docentes do fundamental I, II e médio e a iniciativa foi além dos muros escolares, já que após a atividade a instituição resolveu levar a diversidade como tema de seu desfile cívico.

### **São Paulo**

O *Programa Transcidadania*, da Prefeitura de São Paulo, é o primeiro do tipo no país e já tem 100 participantes. Voltado para a autonomia, educação e profissionalização dos participantes, o programa faz a ponte com instituições para garantir a conclusão dos estudos básicos, um curso técnico profissionalizante e um estágio na profissão que desejam seguir, além de uma bolsa de R\$ 870.

### **Fortaleza**

O município já desenvolveu uma série de políticas e projetos voltados para a população LGBT:

O *Centro de Referência LGBT Janáina Dutra*, implantado em dezembro de 2010, oferece acompanhamento jurídico, psicológico e de serviço social gratuito, além de articular e fortalecer uma rede de proteção.

Os *Jogos da Diversidade Sexual* acontecem desde 2007, em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer (Secel), com mais de 1000 participantes, entre atletas e espectadores que acompanham os jogos disputados em diversas categorias.

A *Quarta Cultural LGBT*, realizada em parceria com a Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor), de forma itinerante, promove a cultura do respeito à população LGBT e valoriza o trabalho de artistas que, através de suas expressões e linguagens, desconstruem o preconceito contra esta população.

O *Programa Municipal Educação Sem Homofobia*, ligado à Secretaria Municipal de Educação, visa combater o preconceito nos espaços escolares. Os professores passam por formação em direitos humanos e diversidade sexual. Para alunos são realizados mensalmente oficinas e vídeo-debates.

O *Juventude Sem Homofobia* promove debates usando momentos lúdicos e uma campanha que fomenta o protagonismo juvenil no combate à lesbo/homo/transfobia.

As *Rodas de diálogos: Direitos Sexuais são Direitos Humanos* são ações de educação em direitos sexuais junto às escolas, às comunidades/bairros, equipes que praticam esportes e usuários de equipamentos e serviços da Prefeitura.

*GT Segurança Pública LGBT* - O Grupo de Trabalho em Segurança Pública LGBT conta com a participação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS), da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza (GMF), da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) e da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH). O objetivo é conscientizar os agentes de segurança pública sobre os direitos LGBT.

Assistência Social sem homofobia/lesbofobia/transfobia é um projeto de intervenção, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), que visa contribuir para o enfrentamento da homofobia/lesbofobia/transfobia junto aos profissionais que atuam nos equipamentos da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE), da Política de Assistência Social da Prefeitura de Fortaleza.

Grupo de Trabalho Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT) atendeu à demanda apresentada pelo Movimento de Lésbicas do Ceará, para a "elaboração de uma publicação e criação de um kit específico para prevenção de mulheres lésbicas e bissexuais, que serão distribuídos nos postos de saúde, com equipes devidamente sensibilizadas para a importância da prevenção desse segmento".

*Povo do Santo Promovendo Saúde e Cidadania* é um projeto realizado pela Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH), em parceria com a Secretaria de Saúde (SMS).

## **Outros avanços nos direitos da população LGBT em Fortaleza**

**Lei Municipal nº 9.136/2006** - Concede benefícios previdenciários aos companheiros de servidores públicos municipais que são lésbicas, gays ou travestis, transformando a vida de vários servidores LGBT, que antes da atual gestão não possuíam direitos previdenciários reconhecidos e garantidos pela Prefeitura de Fortaleza.

**Portaria nº 03/2010** - Garante o uso do nome social quando travestis e transexuais forem acessar políticas públicas e matricular-se na Rede Municipal de Ensino.

**Lei Municipal nº 8.626/2002** - Institui o dia 28 de junho como Dia Municipal da Consciência e Cidadania LGBT.

**Portaria nº 01/2010** - Portaria da Secretaria de Assistência Social (Semas) que estabelece o direito ao uso e tratamento pelo nome social às travestis e transexuais, no âmbito dos serviços da política municipal de assistência social.

**Lei Municipal nº 9.548/2009** - Institui, na semana do dia 17 de maio, a Semana Janaína Dutra, a ser trabalhada nas escolas municipais.

**Lei Municipal nº 9.573/2009** – Institui, no município de Fortaleza, o dia 29 de janeiro como o dia da “Visibilidade Trans”.

**Lei Municipal nº 9.572/2009** – Institui, no município de Fortaleza, o dia 29 de agosto como o dia da “Visibilidade Lésbica”.

Em Fortaleza, a **Lei Municipal nº 8.211/1998** prevê punição para estabelecimentos comerciais que discriminem um cliente por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A **Lei Orgânica do Município**, em seu Art. 7º, estabelece que compete ao Município criar mecanismos que combatam a discriminação à mulher, à criança e adolescente em situação de risco, às pessoas com deficiência e doenças contagiosas, ao homossexual, ao idoso, ao índio, ao negro, ao ex-detento e promovam a igualdade entre os cidadãos.

## **Fontes Consultadas**

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il.

4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Texto Base. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Brasília. Junho de 2015.

Gênero e raça no orçamento municipal: um guia para fazer a diferença/Delaine Martins Costa, Andréa Barbosa Osório, Afrânio de Oliveira Silva. - Rio de Janeiro: IBAM/DES, 2006.

O que é transfobia? João Felipe Zini Cavalcante de Oliveira. Projeto de Extensão da Faculdade de Direito e Ciências do Estado de Minas Gerais - UFMG. <http://www.diversoufmg.com.br/o-que—transfobia.html>. Acessado em 23 de março de 2016.

Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. 2009. Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. Brasília, 2009.

<http://www.cbc.ca/radio/day6/episode-277-veterans-and-pot-the-case-for-a-robot-president-dolphin-soldiers-and-more-1.3495805/the-other-tax-societal-privilege-and-the-cost-of-being-different-1.3495838> - Acesso em 21 de março de 2016.

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sdh/diversidade-sexual-1>. Acesso em 21 de março de 2016.

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-tapa-na-cara-5322.html>. Acesso em 23 de março de 2016.



